

Texto extraído do livro **História em curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental** de Américo Freire, Marly Silva da Motta e Dora Rocha

Administração colonial nos séculos XVI e XVII

Na década de 1520, durante o reinado de D. João III, a Coroa portuguesa percebeu que ocupar o território seria a única forma de barrar, no litoral de sua colônia na América, a presença de franceses, também interessados no pau-brasil. Para isso, resolveu adotar um modelo de colonização que já havia sido aplicado no século XV nas ilhas portuguesas do oceano Atlântico. Esse modelo se apoiava na distribuição de terras particulares que se responsabilizavam pela produção; o financiamento e a distribuição dos produtos ficavam a cargo dos comerciantes e banqueiros de Flandres, e a base de tudo era mão de obra escrava.

Capitanias Hereditárias

Para pôr em prática esse conjunto de medidas na América, D. João III instituiu o sistema de capitanias hereditárias, pelo qual o território da colônia foi dividido em 15 faixas de terra, entregues cada uma a um capitão-donatário a quem caberia estimular a ocupação e a atividade econômica. Ficaria a cargo do donatário, entre outras coisas, ministrar a justiça, promover o recolhimento de impostos e presidir a distribuição de sesmarias.

Governo Geral

A fim de dar impulso ao processo de colonização, a Coroa resolveu nomear um governador-geral para a América Portuguesa. Assim, em 1549, o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, aportou na baía de Todos os Santos, na capitania da Bahia. A ele coube auxiliar o esforço colonizador das demais capitanias, combater as rebeliões indígenas e defender o território das invasões estrangeiras.

No mesmo ano de sua chegada, Tomé de Sousa fundou a sede do governo na colônia: a cidade de Salvador. Conforme foram surgindo outros núcleos urbanos, foram sendo criadas Câmaras Municipais, órgãos responsáveis pela condução de problemas de natureza local. Cabia a elas, por exemplo, administrar os espaços urbano e rural, cobrar impostos, aplicar a lei e efetuar prisões, proteger as crianças abandonadas e órfãs. Formadas por funcionários e proprietários locais, chamados de "homens bons", as Câmaras Municipais tiveram papel decisivo no avanço da colonização.

A estrutura administrativa colonial seguia o padrão absolutista. Para melhor controlá-la, a Coroa criou uma máquina administrativa baseada no Conselho das Índias (1642) e no Conselho Ultramarino (1642). O governador-geral, sempre português, exercia funções executivas e judiciárias. Já no século XVIII, em 1720, passaria a ostentar o título de vice-rei. Em 1759, a hereditariedade das capitanias seria extinta pelo marquês de Pombal, e as capitanias hereditárias dariam lugar a capitanias reais.

FREIRE, Américo. MOTTA, Marly da Silva. ROCHA, Dora. **História em curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental**. Editora do Brasil, São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2004. Parte 2.